

Formação em psicologia: primeiros desafios no cuidado em saúde mental

Educational background in psychology: first challenges in mental health care

Formación en psicología: primeros desafíos en el cuidado de la salud mental

Ana Julia Santos Fonseca¹ ; Gabrielle Martins Ferreira² ;
Isabela Assunção Cintra³ ; Tiago Humberto Rodrigues Rocha⁴ 

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as experiências vivenciadas durante um estágio em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS II), com foco nas vivências em oficinas terapêuticas e na ocupação do ócio no cuidado em saúde mental. Trata-se de um relato de experiência acerca da participação e condução de oficinas desenvolvidas durante o período de estágio obrigatório, destacando o papel desempenhado pelas estagiárias na elaboração de propostas e nas reflexões suscitadas pelos desafios encontrados no início da inserção no campo. A experiência evidenciou a desconstrução de estigmas e a contribuição do vínculo terapêutico para a autonomia dos usuários, constituindo também um espaço de aprendizagem para as estagiárias. Discute-se a tensão entre os princípios da Reforma Psiquiátrica e a persistência de práticas institucionais que, por vezes, reduzem as oficinas à mera ocupação do ócio. As intervenções realizadas, como oficinas de pintura e música, reafirmaram o protagonismo do sujeito em sofrimento psíquico. Conclui-se que o estágio em saúde mental é fundamental para uma formação ética e crítica, em consonância com o cuidado em liberdade e a valorização da subjetividade.

Palavras-chave: Centros de Atenção Psicossocial; saúde mental; formação profissional; oficina terapêutica; arte.

Abstract: This article reports on a mandatory Psychology internship at a Psychosocial Care Center (CAPS II), focusing on therapeutic workshops and the occupation of idle time in mental health care. This paper presents an experience report about participating and leading workshops during the internship, highlighting the role played by the interns in the planning and the reflections sparked by the challenges faced at the beginning of entering the field. The experience showed the deconstruction of stigmas and the importance of the therapeutic bond in user autonomy, also constituting a learning space for the interns. The text discusses the tension between the principles of Psychiatric Reform and persistent institutional practices that sometimes reduce workshops to mere occupation of free time. The experience culminated in significant interventions, such as painting and music workshops, reaffirming the protagonism of the subject in psychic suffering. It is concluded that the mental health internship is fundamental for ethical and critical training, in line with care in freedom and the appreciation of subjectivity.

Keywords: Psychosocial Care Centers; mental health; professional training; therapeutic workshop; art.

Resumen: Este artículo describe la pasantía obligatoria en Psicología en un Centro de Atención Psicosocial (CAPS II), centrándose en las vivencias en talleres terapéuticos y en la reflexión sobre la ocupación del tiempo ocioso en la atención en salud mental. Este relato de experiencia aborda la participación y conducción de talleres durante la pasantía, destacando el papel de los estudiantes en la planificación y reflexión sobre los desafíos encontrados al inicio de su inserción en el campo. La experiencia reveló la desconstrucción de estigmas y la importancia del vínculo terapéutico en la autonomía de los usuarios, constituyéndose en un espacio de aprendizaje para las estudiantes. Se discute la tensión entre los principios de la Reforma Psiquiátrica y la persistencia de lógicas institucionales que, a veces, reducen los talleres a la mera ocupación del ocio. Las intervenciones, como talleres de pintura y música, reafirmaron el protagonismo de las personas con sufrimiento psíquico. Se concluye que las prácticas en salud mental son fundamentales para una formación ética y crítica, en consonancia con el cuidado en libertad y la valoración de la subjetividad.

Palabras clave: Centros de Atención Psicosocial; salud mental; formación profesional; taller terapéutico; arte.

¹Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. Email: anajuliasantosfonseca.ana@gmail.com

²Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. Email: martinsgabriellef@gmail.com

³Graduanda do curso de Psicologia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. Email: isabela.assuncao.cintra@gmail.com

⁴Psicólogo. Psicanalista. Doutor com dupla titulação em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor pela Université de Rennes 2 (França). Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Uberaba, Minas Gerais, Brasil. Endereço postal: Rua Bahia, 870, apto 703-B, Bairro Santa Maria, CEP 38050-130, Uberaba-Mg, Brasil. Email: tiago.rocha@uftm.edu.br

Recebido em: 29/01/2026 | **Alterado em:** 19/06 e 27/07/2026 | **Aceito em:** 30/07/2026

Introdução

As universidades federais do Brasil têm suas atividades constituídas por três pilares fundamentais e indissociáveis: ensino, pesquisa e extensão, visando à formação acadêmica e profissional dos estudantes. Com base nesses pilares, os estágios se configuram como um dos principais aspectos que perpassam essas dimensões. Ao conectar o conhecimento teórico à prática, o estágio integra-se ao itinerário formativo do educando e faz parte do projeto pedagógico do curso, regido pela Lei nº 11.788 de 2008, documento que define e ordena a prática dos estudantes nos estágios (Brasil, 2008).

Segundo Cury e Ferreira Neto (2014), desde a regulamentação da profissão de psicólogo, no ano de 1962, já havia documentos sistematizados que abordavam a obrigatoriedade dos estágios para a obtenção do diploma, com o intuito de preparar o estudante para a atuação profissional.

Atualmente, o Conselho Federal de Psicologia (2024) define o estágio em Psicologia como um conjunto de atividades presenciais realizadas por estudantes da graduação, inseridos em situações reais de vida e de trabalho. Essas atividades têm como objetivo desenvolver a aprendizagem profissional e sociocultural do estagiário, demonstrando assim a relevância do estágio na trajetória acadêmica do estudante de Psicologia.

A vivência do estágio em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) assume papel fundamental, pois possibilita ao estudante compreender as diretrizes da Reforma Psiquiátrica e refletir criticamente sobre suas práticas. Basaglia (1985) destaca que essa reforma não se restringe a uma reorganização técnica da assistência, mas representa um movimento político e social que busca desconstruir a lógica de exclusão e violência historicamente presente com relação à loucura.

As instituições psiquiátricas tradicionais operam como espaços de violência, estruturando-se em práticas que retiram dos sujeitos sua cidadania e legitimam o isolamento com a justificativa de uma suposta finalidade educativa ou terapêutica (Lemos et al., 2020). Tais instituições baseiam-se na vigilância, disciplina e controle dos corpos, usufruindo de diversos dispositivos de punição e repressão (Amarante, 2007).

Compreender essas dinâmicas, considerando o contexto histórico, torna-se essencial para o estudante de Psicologia, pois favorece o desenvolvimento de uma prática crítica e comprometida com os princípios da atenção psicossocial, do cuidado em liberdade e da garantia de direitos, em oposição direta à reprodução de mecanismos de exclusão que remetem a práticas manicomiais.

No Brasil, a Lei da Reforma Psiquiátrica, aprovada em 2001, atua na garantia de direitos e proteção às pessoas com sofrimento psíquico, ao mesmo tempo que redireciona o modelo de assistência à saúde mental, priorizando o atendimento comunitário e extra-hospitalar (Brasil, 2001). A partir desse marco, constituem-se os serviços substitutivos de saúde mental, pautados no cuidado de base territorial e articulados em rede, garantindo a esses indivíduos, antes institucionalizados, o direito à cidadania (Amarante, 2007).

Os Centros de Atenção Psicossocial têm como premissa atuar como um ambiente de acolhimento do usuário em crise e de acompanhamento, com o propósito de romper com expressões e lógicas manicomiais. Dessa forma, tornam-se espaços de cuidado e trocas sociais, construindo uma rede de relacionamento na comunidade em que os usuários estão inseridos (César & Melo, 2018). Com a finalidade de alcançar esses objetivos, a atenção psicossocial busca incluir profissionais que transcendem a área da saúde tradicional, como músicos, artistas e artesãos (Amarante, 2007).

Nesse cenário, os CAPS têm se consolidado como espaços fundamentais de promoção de saúde e inclusão social. Nelas, as oficinas terapêuticas, estratégias utilizadas no campo da saúde mental que visam promover a reabilitação psicossocial, desempenham papel central ao estimular a criatividade, a socialização e a reconstrução da autonomia dos sujeitos (Ferreira & Carvalho, 2018). Essas atividades alinham-se aos princípios da Reforma Psiquiátrica, que preconiza a substituição do modelo manicomial por um cuidado comunitário e humanizado.

Alinhadas a isso, a Portaria n.º 336/2002 e demais diretrizes do Ministério da Saúde (Brasil, 2004, 2007) reforçam a contribuição das oficinas como parte integrante do projeto terapêutico dos Centros de

Atenção Psicossocial (CAPS), favorecendo a inserção social e a construção de vínculos. Para Braz et al. (2023), tais espaços funcionam como dispositivos de cuidado que vão além do tratamento clínico tradicional, contribuindo para o fortalecimento da identidade, o exercício da cidadania e a capacidade de convivência dos usuários na comunidade.

Essas atividades, além de favorecerem a expressão subjetiva e simbólica, possibilitam a ressignificação das experiências de sofrimento psíquico, colaborando para a melhoria da qualidade de vida (Silveira, 1998). Para além de um modo de ocupar o ócio, as oficinas terapêuticas configuram-se como espaços de construção de sentidos, vínculos e autonomia, permitindo ao sujeito experimentar novas formas de se relacionar consigo mesmo e com o mundo (Amarante, 2007).

Para o estagiário de Psicologia, a participação em oficinas representa uma oportunidade ímpar de aprendizado, pois permite vivenciar na prática os princípios da atenção psicossocial, desenvolver habilidades relacionais, compreender a relevância da escuta qualificada e refletir sobre a interface entre clínica e território.

Desse modo, a inserção do estudante de Psicologia nesse espaço, que rompe com os ideais de psiquiatria e medicalização, não apenas enriquece sua formação acadêmica, mas também fortalece seu compromisso ético e social com uma prática voltada à emancipação dos sujeitos em sofrimento psíquico, colocando em suspensão o modelo doença-cura.

Diante desse cenário, refletir sobre a formação em Psicologia a partir das vivências de estágio em campo torna-se essencial, sobretudo quando se trata do primeiro contato dos estudantes com a complexidade do cuidado em saúde mental. Os desafios iniciais, como compreender o sofrimento psíquico para além do diagnóstico, reconhecer as singularidades de cada usuário e articular teoria e prática nos dispositivos substitutivos ao modelo manicomial, evidenciam a necessidade de uma formação crítica, sensível e comprometida com os princípios da Reforma Psiquiátrica, apresentada por Franco Basaglia e fortalecida no Brasil por Nise da Silveira.

Com base nessas perspectivas, o presente artigo propõe relatar nossas primeiras experiências como estagiárias de um curso de Psicologia em um CAPS, destacando os aprendizados, obstáculos enfrentados e contribuições desse percurso para a construção de uma identidade profissional pautada pela valorização da subjetividade, ética e acolhimento.

Metodologia

Construímos este relato de experiência a partir de nossas vivências como graduandas em Psicologia durante o estágio básico obrigatório, realizado em um CAPS II. Ao todo, realizamos oito visitas semanais, com uma duração média de uma hora cada, compreendidas no período de junho a agosto de 2025. Durante esse percurso, compartilhamos o cotidiano do serviço junto aos usuários e profissionais da equipe e acompanhamos oficinas terapêuticas e eventos no serviço. Paralelamente a isso, durante o período de estágio, contamos com supervisões semanais conduzidas pelo docente responsável pelo estágio.

O estágio teve como objetivo acompanhar o cotidiano do CAPS e sua dinâmica de funcionamento. Buscamos, com base nessas experiências, articular as vivências aos referenciais teóricos estudados, construindo reflexões críticas sobre as mudanças no cuidado em saúde mental ao longo da história, bem como sobre a prática profissional do psicólogo e da equipe multiprofissional.

Durante as visitas, participamos de diversas atividades, incluindo oficinas terapêuticas e momentos do cotidiano institucional. A vivência no serviço compreendeu a observação e a participação em diferentes modalidades de oficinas, como música, artes, pintura, corpo e movimento e missangas, além do acompanhamento de assembleias com os usuários e de uma reunião administrativa com a coordenação do CAPS. Ademais, o percurso de estágio incluiu a condução e a mediação de oficinas de desenho, pintura e de expressão musical, esta última realizada em parceria com a bateria universitária do curso de Psicologia.

Durante a oficina de artes, utilizamos recursos como papéis, lápis de cor, tintas, pincéis e demais recursos artísticos. Para a oficina de produção musical, usamos instrumentos de percussão, tais como surdo, chocalho, pandeiro e tamborim. Algumas adaptações foram necessárias, como a reorganização do espaço e a adequação das atividades ao número de participantes e ao tempo disponível.

As reflexões apresentadas neste relato foram construídas a partir das vivências das estagiárias durante a participação nas oficinas terapêuticas, das discussões realizadas em supervisão e dos registros reflexivos produzidos ao longo do estágio. Destaca-se que o diário de campo é uma ferramenta pedagógica utilizada para registrar impressões, sentimentos, reflexões pessoais e o impacto das vivências no processo de aprendizagem, servindo como espaço de elaboração das experiências práticas (Falkembach, 1987).

Ao longo do processo de elaboração do relato de experiência, os registros contidos nos diários de campo foram analisados por meio de leituras compreensivas, orientadas pelos pressupostos teóricos da Análise de Conteúdo fundamentada por Bardin (2016), com o objetivo de identificar temas recorrentes relacionados às vivências, às percepções e às reflexões construídas pelas estagiárias durante os encontros. Posteriormente, os aspectos identificados foram articulados e discutidos à luz da literatura científica sobre a Reforma Psiquiátrica, os Centros de Atenção Psicossocial e as oficinas terapêuticas, possibilitando a construção das análises e reflexões apresentadas neste relato.

As anotações nos diários foram utilizadas como instrumentos pedagógicos de registro das experiências vivenciadas durante o estágio, permitindo-nos sistematizar reflexões, dúvidas, aprendizados e discussões realizadas nas supervisões. Tais registros tratam das impressões que nos foram provocadas ao longo do estágio e das supervisões, bem como seus efeitos no processo de aprendizagem.

Nas supervisões com o docente responsável, houve momentos de reflexão crítica sobre a prática, discussão de dificuldades encontradas e planejamento conjunto das atividades. Cabe ainda destacar que tal metodologia se mostrou relevante e tem sido utilizada em outros trabalhos de um dos autores (Kallas et al., 2022; Rios et al., 2024; Rocha & Santos, 2022; Rocha et al., 2021; Urzedo et al., 2025; Vieira & Rocha, 2023), cujos objetivos se assemelham aos deste relato de experiência.

No que tange aos aspectos éticos, o presente relato respeitou as normas da Resolução CNS n.º 510/2016 e do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Diante disso, preservou-se a identidade de todos os usuários e profissionais, sem a divulgação de nomes ou exposição de informações que permitam a identificação pessoal ou institucional deles, garantindo o anonimato a todos os envolvidos. Cabe ainda destacar que todo o material analisado foi retirado a partir dos diários de campo produzidos pelas impressões registradas pelas próprias estagiárias e não de registros diretos de falas dos usuários que possam causar possíveis identificações.

Resultados e discussões

Ao iniciarmos o estágio, percebemos que nossa compreensão acerca do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) e das pessoas acompanhadas pelo serviço estava, em grande parte, fundamentada em construções sociais distantes da realidade que caracteriza o campo da saúde mental. A principal concepção que carregávamos, enraizada no senso comum, era de que esses espaços configuravam-se como ambientes melancólicos e os usuários seriam dependentes de cuidados e de constante observação. Essa era uma crença pré-estabelecida que não se alinhava com a realidade e demonstrou como lógicas manicomiais continuam presentes no imaginário, mesmo enquanto graduandas de Psicologia.

À luz dessa perspectiva, Sousa e Massette (2025) refletem sobre como a sociedade historicamente perpetua algumas lógicas manicomiais. Para a manutenção desses estigmas, são utilizados diversos mecanismos, como a desinformação, o preconceito e a marginalização social. Sob essa ótica, a recorrente associação do sofrimento psíquico à periculosidade social demonstra o quanto os resquícios desse passado manicomial permanecem vivos no cotidiano.

As aulas teóricas já haviam provocado os primeiros questionamentos acerca das noções pré-estabelecidas sobre a saúde mental, delineando historicamente o percurso desde a patologização da loucura até o funcionamento atual dos serviços substitutivos. Entretanto, observamos que a verdadeira quebra de estigmas se deu a partir da inserção real no CAPS e do convívio cotidiano.

Ao chegarmos ao serviço, a realidade contrastava significativamente com a ideia disseminada pelo senso comum, possibilitando uma compreensão mais aprofundada da dinâmica de funcionamento da instituição, bem como das diferentes formas de expressão e subjetivação dos usuários que utilizam o serviço. O espaço conta com portões abertos, garantindo a possibilidade de os usuários circularem livremente entre a instituição e a comunidade, sem obrigatoriedade com relação à participação nas atividades propostas e em oficinas terapêuticas. Além disso, eles dispõem de um Plano Terapêutico Singular (PTS), estruturado de maneira individual, construído de maneira conjunta com os profissionais de referência e revisado de acordo com suas demandas.

O CAPS em questão estrutura-se em três espaços principais: uma área de convivência, onde os usuários interagem entre si; uma sala de estar, com uma televisão sintonizada em canais abertos; e um pátio externo arborizado, no qual as oficinas terapêuticas são realizadas. Todos os ambientes configuram-se como locais de socialização, nos quais os usuários podem transitar livremente, sem a obrigatoriedade de engajamento nas atividades propostas.

O objetivo primordial durante as primeiras visitas foi estabelecer um contato inicial com os usuários e acompanhar o cotidiano do serviço. Entretanto, recebemos o convite para participarmos das oficinas, atuando sem grandes intervenções e com conversas pontuais com os usuários sobre a importância do dispositivo em suas vidas e sobre assuntos relacionados à rotina. Alguns contaram sobre sua história de vida, relações familiares, como começaram a frequentar o CAPS e o que o local significava para eles. Nesse cenário, iniciou-se o estabelecimento de vínculo com os usuários, caracterizado por uma aproximação gradual.

No entanto, a partir da terceira visita, surgiu o convite, mais semelhante a uma convocação, para conduzirmos as oficinas, de forma repentina e inesperada, visto que, devido às demandas do serviço, profissionais responsáveis precisaram se ausentar em algumas ocasiões. Assim, fomos convidadas a assumir a coordenação da vivência realizada naquele horário. A partir dessa experiência, mediamos outras quatro oficinas de pintura e desenho ao longo do estágio e, durante a última visita, desenvolvemos uma oficina de produção musical, fruto da parceria estabelecida com a bateria universitária de percussão do curso de Psicologia.

Assim, a estruturação do vínculo foi fundamental, pois favoreceu uma maior aproximação e familiaridade com nossa presença enquanto estagiárias. Para que, quando convocadas a realizar as oficinas, fosse possível conduzi-las sem que houvesse um grande estranhamento por parte dos usuários. Segundo Jorge et al. (2011), o vínculo terapêutico facilita a comunicação, reduz o abandono das atividades, melhora significativamente o engajamento nas oficinas, oferecendo uma experiência de conexão humana genuína que reduz o isolamento e o estigma que perpassam o usuário do CAPS.

Portanto, a conexão emocional que estabelecemos, desde os primeiros encontros com os usuários, pautada na empatia, na compreensão genuína de suas experiências e sofrimentos, no acolhimento e no respeito aos limites impostos por eles, contribui para a promoção de um ambiente seguro e acolhedor, favorecendo a participação ativa dos usuários nas oficinas terapêuticas. Essa articulação reitera que as relações de cuidado em saúde mental funcionam como dispositivos eficazes para a promoção da saúde (Jorge et al., 2011).

Diante da convocação para a condução das oficinas, emergiram sentimentos de angústia e nervosismo entre nós, decorrentes da realização de uma atividade em um ambiente com o qual ainda não estávamos familiarizadas. O que foi sentido encontra amparo na literatura de Borges et al. (2019), que definem os sentimentos de angústia e insegurança como os aspectos mais desafiadores dos estágios formativos. Tais manifestações fazem-se presentes principalmente durante as primeiras visitas, representando um obstáculo emocional significativo para os estagiários.

Essas inquietações são frequentemente acompanhadas pela preocupação em obter um bom desempenho nas intervenções propostas e pelo receio de cometer erros que possam prejudicar o usuário.

Concomitantemente, existem conflitos éticos com os quais os estudantes se deparam, incluindo o manejo de intercorrências e a necessidade de estabelecer limites profissionais adequados diante de situações imprevistas (Borges et al., 2019).

As inseguranças intensificaram-se ao notarmos, em determinados momentos, como as oficinas terapêuticas não eram tratadas com a devida seriedade por parte de alguns profissionais que atuavam há mais tempo no serviço. Essa percepção ganhou força ao observarmos que, diante de imprevistos ou situações que fugiam da rotina, as atividades eram imediatamente suspensas e substituídas por práticas de desenho e pintura, igualmente denominadas oficinas. Estas nos pareciam destituídas de objetivos terapêuticos, premissa básica para tais encontros, sendo utilizadas somente como estratégia para ocupar o tempo ocioso.

Embora essa prática parecesse simples e, em tese, resolvesse a lacuna deixada na rotina dos usuários, ela gerava profunda angústia para os participantes e para nós, como estagiárias. Muitos expressavam o quanto a alteração inesperada impactava negativamente seu bem-estar, sobretudo por aguardarem as atividades originalmente previstas para aquele horário. Essa constatação reforçou a percepção de que as oficinas, para além de propostas criativas, configuravam-se como espaços de estabilidade, vínculo e cuidado, como apontam Ferreira e Carvalho (2018), ao destacarem a relevância dessas práticas na socialização e na reconstrução da autonomia.

Diante desse cenário, nos momentos em que houve ausência de profissionais responsáveis pela condução das oficinas, seja por motivos de saúde, compromissos externos ou pela necessidade de atender demandas mais urgentes do serviço, fomos convocadas a mediar atividades de arte e pintura em substituição ao cronograma previamente estabelecido.

Embora essa atribuição nos colocasse em uma posição de protagonismo e reconhecimento, também gerou certo desconforto, uma vez que se tratava de nosso primeiro contato com o CAPS. Isso ocorria porque, na ausência desses profissionais de saúde, éramos frequentemente direcionadas a ocupar um lugar de saber perante os usuários, postura para a qual ainda não dispúnhamos da experiência e dos conhecimentos necessários para sustentar plenamente.

Essa experiência colocou em questão uma condição fundamental para a reforma psiquiátrica: enquanto a proposta da reforma psiquiátrica, tal como estabelecida por Basaglia (1985) e seus sucessores no campo da luta antimanicomial, preconiza a radical ruptura com a lógica excludente e a oferta de práticas de cuidado centradas na autonomia e participação, na prática cotidiana observada, algumas oficinas acabavam reduzidas a meras estratégias de ocupação do tempo. Tal distanciamento entre a teoria e a realidade do serviço despertou em nós inúmeras reflexões e posicionamentos críticos.

Nesse sentido, um questionamento frequente ao longo da experiência esteve relacionado à articulação entre as oficinas desenvolvidas e o Projeto Terapêutico Singular (PTS), compreendido como um dispositivo fundamental para a organização do cuidado em saúde mental pautado na individualidade e na construção compartilhada das intervenções. Embora as oficinas possam constituir importantes espaços de expressão, socialização e fortalecimento da autonomia, sua potência terapêutica depende de sua integração às demandas e trajetórias singulares dos usuários.

Durante a vivência no serviço, observamos possíveis distanciamentos entre os princípios discutidos teoricamente e algumas práticas institucionais, especialmente quando atividades com potencial terapêutico eram ofertadas de forma generalizada, sem uma articulação evidente com os projetos de cuidado individuais (Moura et al., 2023).

Apesar de ter que lidar com tais impasses, buscamos transformar tal desafio em aprendizado ao propor oficinas tanto de desenho e pintura quanto de produção musical, que não se limitassem à mera ocupação do ócio, mas que tivessem efetiva finalidade terapêutica. Organizamos materiais simples, como folhas, lápis de cor e giz de cera, e convidamos os usuários a expressar algo que lhes fosse significativo. Ao final, incentivamos que compartilhassem suas produções e as histórias por trás delas. Fomos surpreendidas pelo acolhimento dos participantes, que, mesmo indagando sobre a ausência dos profissionais, nos receberam de forma aberta e bastante colaborativa.

A mediação da oficina de desenho e pintura constituiu um momento de aprendizagem significativo para nós. Embora os participantes tenham desenvolvido produções singulares, observamos uma recorrência de elementos relacionados à natureza e ao lar, geralmente associados a experiências de tranquilidade e segurança. Mais do que interpretar essas produções, essa vivência proporcionou a reflexão sobre a potência das atividades artísticas como dispositivos de acolhimento e expressão no contexto da atenção psicossocial.

Esse movimento de ressignificação das atividades se aprofundou, especialmente na mediação da oficina de produção musical, que evidenciou, de forma ainda mais clara, o protagonismo e a autonomia dos usuários. Apesar da apreensão inicial enfrentada na condução das oficinas terapêuticas, a maior familiaridade dos usuários com o ambiente do CAPS e com as atividades desenvolvidas foi terreno fértil para a construção coletiva e o exercício da autonomia na dinâmica das oficinas.

Essa postura entra em consonância com o que Ferreira e Carvalho (2018) argumentam ao afirmarem que as oficinas terapêuticas desempenham um papel fundamental no protagonismo dos usuários do CAPS, indo além de um simples passatempo ou mero manejo clínico. Configuram-se como atividades planejadas e com objetivos definidos, promovendo o empoderamento, a socialização, a expressão pessoal e a autonomia dos sujeitos.

Considerando a forte afinidade dos participantes com a música, a oficina de produção musical proporcionou uma participação ativa dos usuários por meio do uso de instrumentos de percussão, tais como surdos, tamborins, chocalhos e pandeiros. Ao longo da atividade, os contornos e caminhos a serem seguidos foram delimitados pelos próprios usuários, que decidiam o que seria tocado, avaliavam a qualidade do som e identificavam possíveis descompassos no ritmo dos arranjos.

Nesse contexto, nossa atuação, enquanto estagiárias, aproximou-se de um papel de mediação, oferecendo os materiais necessários, fornecendo orientações técnicas pontuais e convidando aqueles que ainda não participavam para os encontros seguintes. Dessa forma, foi possível promover um ambiente de troca, no qual os participantes puderam aprender e ensinar mutuamente, reafirmando a premissa da atenção psicossocial de situar o sujeito no centro do cuidado (Maffei et al., 2024).

A experiência vivida dialoga diretamente com a reflexão de Nise da Silveira (1998), que defendia a arte como canal privilegiado de expressão subjetiva e de reconstrução da vida psíquica. As oficinas mostraram, portanto, que esses espaços não se limitam à função de ocupar o ócio, mas configuram-se como práticas de cuidado essenciais no processo de desinstitucionalização (César & Melo, 2018), capazes de oferecer significado, acolhimento e um lugar de pertencimento.

Essa proposta se articula com a importância da escuta da singularidade do sujeito no contexto dos serviços de saúde mental, uma vez que tais espaços expressivos possibilitam que cada usuário encontre seus próprios modos de elaboração e organização subjetiva. Sob essa lógica, ao adotarmos uma postura mais aberta e acolhedora, buscamos evitar a condução centrada no saber do mestre, que tende a objetificar o usuário e reduzir sua autonomia, como defendem Santos et al. (2022).

Tal direcionamento vai ao encontro da compreensão de que os espaços de expressão podem funcionar como dispositivos que favorecem a emergência da palavra e do sujeito quando sustentados por uma escuta sensível, entendida como condição para a constituição da enunciação e da subjetivação. Nessa perspectiva, ao proporcionar um espaço no qual o usuário diga de si e produza sentidos a partir de sua própria experiência, o CAPS se consolida como um espaço que legitima os modos singulares de enunciação, reconhecendo o dizer do sujeito como elemento central no processo de cuidado (Fontana, 2018).

Embora a experiência inicial tenha nos causado angústia e desconforto, ela proporcionou certa reflexão crítica sobre os desafios e contradições na prática dos CAPS. Ao mesmo tempo em que constatamos a fragilidade da condução de algumas oficinas pelos profissionais, também se mostrou evidente como esses espaços são fundamentais para os usuários, revelando a necessidade de que sejam compreendidos não como atividades secundárias, mas como práticas terapêuticas estruturantes da atenção psicossocial.

Diante disso, o estágio se mostrou um pilar fundamental em nossa formação enquanto estudantes de Psicologia, pois nesse momento desenvolvemos habilidades essenciais, tivemos a oportunidade de articular conhecimentos teóricos em situações reais e aprendemos a manejar as complexidades presentes na atuação profissional. Essas experiências desenvolvem a identidade profissional e a confiança necessária para atuarmos de forma ética e independente após a formação (Borges et al., 2019). Portanto, a experiência no CAPS permitiu não apenas vivenciar práticas de cuidado, mas também reconhecer tensões, desafios e potencialidades do cotidiano na atenção psicossocial, reafirmando a necessidade de um olhar crítico e ético para a formação em Psicologia.

Considerações finais

O presente relato discutiu a experiência de estágio no CAPS e os caminhos trilhados no campo da saúde mental, analisando as transformações das percepções iniciais em um serviço substitutivo à medida que a vivência prática se impôs sobre as concepções teóricas. Sob essa ótica, este trabalho foi desenvolvido com o intuito de construir um material que possa colaborar na formação de outros estudantes, com ênfase em futuros profissionais de Psicologia, ao ilustrar de forma ética e crítica os desafios e as potências da atuação do psicólogo nos serviços substitutivos de saúde mental.

Com o passar das visitas, o aprofundamento dos estudos no campo da saúde mental, das instituições totais e da contribuição de serviços substitutivos aos modelos asilares, foi possível compreender de maneira mais ampla a realidade do CAPS e sua centralidade para aqueles que usufruem do serviço. Desse modo, o presente relato de experiência registra e descreve uma jornada que revelou como a prática vai muito além da teoria, desafiando estigmas e preconceitos enraizados no senso comum. Uma vez que estudos teóricos, desacompanhados de uma vivência prática, podem ser uma maneira de perpetuar concepções e preconceitos que reproduzem a lógica manicomial, mesmo diante do movimento de desinstitucionalização trazido pela Reforma Psiquiátrica.

O estágio se mostrou um pilar fundamental para uma formação acadêmica de qualidade, rompendo estigmas e agregando valores essenciais para nós enquanto estudantes. É imprescindível que a compreensão acerca da saúde mental e da loucura seja analisada de maneira cautelosa, já que, mesmo com avanços significativos nesse contexto, ainda há um longo caminho a percorrer. Dessa forma, a Psicologia tem um papel crucial no cuidado em saúde mental, sendo essencial para a atuação profissional adotar um viés crítico e politizado e romper com as lógicas manicomiais.

Ademais, é necessário reconhecermos que algumas práticas ainda possuem resquícios de uma lógica manicomial, mesmo com o processo de desinstitucionalização sendo uma realidade no Brasil. É essencial ressaltar que a identificação dessas contradições é indispensável para que a luta antimanicomial avance ainda mais e permita que as pessoas em sofrimento psíquico possam ter qualidade de vida e tratamento adequado nos serviços destinados ao cuidado nesse campo.

A experiência de conduzir oficinas terapêuticas, inicialmente percebida como desafiadora e angustiante, evidenciou a relevância de enfrentar os desafios do estágio buscando respaldo teórico e formativo. Nesse processo, o estágio contribuiu de forma significativa tanto para a identidade profissional quanto para nosso desenvolvimento pessoal, reforçando que o percurso acadêmico ultrapassa o domínio teórico e envolve também a dimensão cidadã.

As impressões finais evidenciam que o estágio, gradualmente, se transformou em um processo de construção de vínculos, afetos e pertencimento. A convivência cotidiana permitiu o desenvolvimento de um olhar mais sensível e comprometido com a complexidade do cuidado em saúde mental. De modo que, com o passar das semanas, aquilo que inicialmente parecia distante converteu-se em um aprendizado significativo para nós, tanto academicamente quanto na esfera pessoal.

A aproximação com os usuários e a participação nas oficinas terapêuticas concretizaram princípios discutidos teoricamente, como a ruptura com a lógica manicomial e a centralidade do sujeito em seu cuidado (Amarante, 2007; Basaglia, 1985). Nesse sentido, em consonância com as produções de Nise da Silveira (1998) e Ferreira e Carvalho (2018), compreendemos que oficinas e atividades psicossociais não podem ser reduzidas a uma mera ocupação do tempo, mas constituem dispositivos terapêuticos fundamentais para a reinserção social.

Assim, ao promover uma vivência direta nos serviços substitutivos, ao estimular reflexões críticas sobre a Reforma Psiquiátrica e acerca do papel fundamental dos CAPS no cuidado em saúde mental, a experiência cumpriu os objetivos propostos pelo estágio. A vivência evidenciou certas contradições do campo da saúde mental e permitiu que desenvolvêssemos uma visão crítica, capaz de reconhecer tanto os avanços do modelo psicossocial quanto a permanência de práticas marcadas pela lógica manicomial.

Por fim, cabe destacar a limitação encontrada por tratar-se de um relato que representa a experiência de um grupo específico de estagiárias em um único serviço de saúde mental, o que impossibilita a generalização dos resultados para outros contextos. As reflexões apresentadas estão diretamente relacionadas às particularidades do campo de estágio vivenciado e de seu respectivo território. Sugere-se que futuros trabalhos explorem experiências de estágio em diferentes modalidades de CAPS e em outros dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), ampliando a compreensão sobre os desafios, impasses e potencialidades da formação em saúde mental.

A relevância deste relato reside na possibilidade de ampliar as discussões acerca da formação em Psicologia, em especial no campo da saúde mental e da atuação em políticas públicas, especialmente no que se refere às experiências vivenciadas por estudantes em serviços substitutivos ao modelo manicomial. Ao evidenciar esses desafios, aprendizados e reflexões decorrentes da inserção do estágio no CAPS, o relato contribui para a compreensão dos processos formativos que atravessam a construção da identidade profissional e o desenvolvimento de um trabalho ético, crítico e comprometido com os princípios da atenção psicossocial.

Em suma, o estágio consolidou-se como um processo formativo essencial, evidenciando que transformar o cuidado requer mais do que diretrizes institucionais; demanda uma postura humanizada, reflexão contínua e um compromisso com o protagonismo das pessoas em sofrimento psíquico. Esta experiência reafirma a Psicologia como uma ferramenta de emancipação, capaz de sustentar o cuidado em liberdade e a dignidade humana no território da saúde mental.

Referências

- Amarante, P. (2007). *Saúde mental e atenção psicossocial*. Editora Fiocruz.
- Basaglia, F. (1985). As instituições da violência. In F. Basaglia et al., *A instituição negada: Relato de um hospital psiquiátrico*. Graal (pp. 99-134).
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trans.; 4ª ed.). Edições 70
- Borges, C. D., Glidden, R. F., Bisewski, B., Corrêa, C. F. Z., & Zastrow, C. F. (2019). As experiências do estágio clínico na perspectiva de acadêmicos de Psicologia. *Revista Labor*, 1(21), 56–75. <https://doi.org/10.29148/labor.v1i21.40315>
- Brasil. (2001). *Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001*. Diário Oficial da União.
- Brasil. (2008). *Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008*. Diário Oficial da União.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2002). *Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002*. Diário Oficial da União.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2004). *Saúde mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial*. Ministério da Saúde.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2007). *Política Nacional de Saúde Mental*. Ministério da Saúde.
- Braz, P. R., Lomar, A. F., Almeida, O. R., & Almeida, A. C. R. (2023). Assistência à saúde mental ofertada nos centros de atenção psicossocial sob a percepção dos usuários: Um estudo de revisão. *Brazilian Journal of Health Review*, 6(5), 24395–24412. <https://doi.org/10.34119/bjhrv6n5-489>

- Cézar, M. A., & Melo, W. (2018). Centro de Atenção Psicossocial e território: Espaço humano, comunicação e interdisciplinaridade. *História, Ciências, Saúde—Manguinhos*, 25(1), 127–142. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702018000100008>
- Conselho Federal de Psicologia. (2024). *Documento de orientação sobre estágios de graduação em Psicologia*. CFP.
- Cury, B. M., & Ferreira Neto, J. L. (2014). Do currículo mínimo às diretrizes curriculares: Os estágios na formação do psicólogo. *Psicologia em Revista*, 20(3), 494–512. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9523.2014V20N3P494>
- Falkembach, E. M. F. (1987). Diário de campo: Um instrumento de reflexão. *Contexto e Educação*, 2(7), 19–24.
- Ferreira, K. F., & Carvalho, V. C. S. (2018). Oficinas terapêuticas: Caminhos de saberes. *Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba*, 20(2), 82–85. <https://doi.org/10.23925/1984-4840.2018v20i2a5>
- Fontana, M. Z. (2018). “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. *Revista Conexão Letras*, 12(18). <https://doi.org/10.22456/2594-8962.79457>
- Jorge, M. S. B., Pinto, D. M., Quinderé, P. H. D., Pinto, A. G. A., Sousa, F. S. P. de, & Cavalcante, C. M.. (2011). Promoção da Saúde Mental - Tecnologias do Cuidado: vínculo, acolhimento, co-responsabilização e autonomia. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(7), 3051–3060. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000800005>
- Lemos, F. C. S., Galindo, D. C. G., Rodrigues, R. V., & Sampaio, A. M. (2020). Práticas de medicalização: Problematizações conceituais a partir de Michel Foucault. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 9(2), 232–244. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rps.v9i2.2945>
- Kallas, A. L., Ferreira, L. R., Barbosa, M. C., & Rocha, T. H. (2022). Grupo operativo em um CAPS durante a pandemia da Covid-19: Um relato de experiência. *Vínculo – Revista do NESME*, 19(2), 254–263. <https://doi.org/10.32467/issn.1982-1492v19n2a10>
- Maffei, I. G., Miyazaki, C. & Maffei, W. S. (2024). Oficinas terapêuticas como prática de cuidado: Percepção dos usuários do CAPS AD. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 17(10), 1–16. <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.10-440>
- Moura, A. A., Cartaxo, C. M. B & Mendonça, M. C. A. (2023). “Se é para jogar dominó, eu jogo em casa”: Reflexões sobre a ociosidade em serviços de saúde mental. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, 15(42), 106–128. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/75083>
- Rios, M. V., Mazini, G. S., & Rocha, T. H. (2024). Suporte psicossocial oferecido por oficinas online em um CAPS durante a COVID-19. *ID on Line: Revista de Psicologia*, 18(70), 44–57. <https://doi.org/10.14295/online.v18iN70.3703>
- Rocha, T. H. R., Paula, J. G., & Castro, F. C. (2021). Laços e histórias: A reforma psiquiátrica e as relações afetivas entre familiares de sujeitos psicóticos. *Vínculo*, 18(1), 95–105. <https://doi.org/10.32467/issn.1982-1492v18n1p95-105>
- Rocha, T. H. R., & Santos, Y. L. (2022). Coletivo Psicanálise na Praça Roosevelt: Um contexto de psicanálise extramuros. *Revista Subjetividades*, 22(2), 1–15. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v22i2.e12117>
- Santos, D. R. G., Reis, J. K. N., Rosário, A. B., & Kyrillos Neto, F. (2022). O paradoxo da inclusão: A relevância da escuta do sujeito nos CAPS. *Vínculo – Revista do NESME*, 16(2), 68–87. <https://doi.org/10.32467/issn.19982-1492v16n2p68-87>
- Silveira, N. (1998). *A revolução pelo afeto* (2ª ed.). Gryphus.
- Sousa, J. L. S., & Massette, P. (2025). Hoje eu tô do jeito que o CAPS não gosta: Cultura, estigma e os desafios da desinstitucionalização da saúde mental. *Práxis em Saúde*, 2(1), 1–17. <https://doi.org/10.56579/prxis.v2i1.1808>
- Urzedo, S. R. P., Bertolini, A. J. T., Okubo, C., Ferreira, M. E. S., Daniel, R. B. & Rocha, T. H. R. (2025). O papel das assembleias em um Centro de Atenção Psicossocial do interior de Minas Gerais: Relato de experiência. *Revista PsicoFAE*, 14(1), 91–103. <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/498>
- Vieira, M. P. P., & Rocha, T. H. R. (2023). A direção do tratamento a partir da escuta de psicólogos e psiquiatras que atuam em um CAPS. *Revista PsicoFAE*, 12(2), 26–42. <https://revistapsicofae.fae.edu/psico/article/view/442>